

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 572.076 - RS  
(2014/0197221-3)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : MIGUEL OLIVEIRA FIGUEIRÓ  
ADVOGADO : TIAGO GOULART VARGAS - RS089640  
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADOR : MILENE SCOP E OUTRO(S) - RS054549

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PAD. PENALIDADE DE SUSPENSÃO POR 90 DIAS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS INCOMPATÍVEIS COM A FUNÇÃO PÚBLICA CARACTERIZADOS COMO TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR. INADEQUAÇÃO DE HABEAS DATA PARA CORREÇÃO DOS REGISTROS FUNCIONAIS. FALTA RESIDUAL PUNÍVEL. DECISÃO FUNDAMENTADA E CONDIZENTE COM OS PRINCÍPIOS DO DIREITO SANCIONADOR. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Embora a absolvição do Servidor em Ação Penal possa levar à anulação da sanção aplicada em Processo Administrativo Disciplinar, tal providência deve ser levada à cabo em ação revisional, não sendo o *Habeas Data* recurso adequado para alcançar a pretensão do autor.

2. Na hipótese dos autos, as instâncias ordinárias consignaram que, embora tenha sido absolvido criminalmente, ao fundamento de que o ato não constitui infração penal, o Servidor responde pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas

taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

**NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**MINISTRO RELATOR**

